

O CLÁSSICO E O PÓS-MODERNO: ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA ARQUIVOLOGIA A PARTIR DO PENSAMENTO DE HILARY JENKINSON E TERRY COOK

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt*

RESUMO

Na busca por respostas a problemas do contemporâneo, resultado de novas formas de produção e utilização dos arquivos, a arquivologia reexamina os fundamentos teóricos e práticos da disciplina. Frente a isso, as ideias de autores clássicos são constantemente revisitadas e muitas vezes consideradas ultrapassadas e custodiais por um lado e, por outro, pioneiras e de vanguarda. Nesta perspectiva, este artigo busca refletir acerca de elementos que julgamos atribuir cientificidade ao campo dos arquivos encontrados no pensamento do britânico Hilary Jenkinson e do canadense Terry Cook, além de analisar como as abordagens de Jenkinson são apropriadas por Cook.

Palavras-chave: Arquivologia custodial. Arquivologia pós-moderna. Hilary Jenkinson. Terry Cook.

* Professora do Departamento de Ciência da Informação da UFF. *E-mail:* clarissaschmidt@id.uff.br

1 INTRODUÇÃO

No final dos anos de 1980, a Associação dos Arquivistas do Quebec/Canadá encontrava-se em uma crise sem precedentes. Sofria consequências por não conseguir lidar com as novas regras para o gerenciamento de documentos de órgãos públicos e as políticas para suas fases de vida, estabelecidas por meio da Lei de Acesso aos Documentos Públicos e Proteção de Informações Pessoais em 1982 e da Lei dos Arquivos em 1983. Somavam-se também os problemas enfrentados após a inserção do computador nas rotinas administrativas e as preocupações com a organização do XII Congresso Internacional de Arquivos, que aconteceria na cidade de Montreal em 1992 (GARON, 2007). Na verdade, o que essa associação estava vivenciando era reflexo, também, de novas demandas apresentadas à profissão com a introdução da informática e de outros elementos sociais e tecnológicos no cotidiano da sociedade, além da valorização da informação como produto. A crise, aqui exemplificada a partir da associação dos canadenses, configurava-se justamente por não considerarem ter, os profissionais de arquivo, ferramentas

teóricas e práticas para lidar com novas formas de *Fazer* que se anunciavam.

Nesse sentido, mesmo o século XX representando para a arquivologia a fase de afirmação e consolidação em termos de *Saber*, seus últimos anos foram marcados pelo desenvolvimento tecnológico a ponto de os arquivistas repensarem o *Fazer* e o *Saber* para a área, seu papel social e a própria profissão. Segundo o arquivista americano Ridener (2009, p. 9), para quem a década de 1980 representa o início de uma fase de colapso para a arquivologia devido ao novo mundo digital, as mudanças de paradigmas vivenciadas pela área nesse período acontecem a partir da crise na profissão, ou seja, crises que exigem tentativas, por parte dos profissionais que a exercem, em alterar os paradigmas dominantes para responder às perguntas concebidas frente à realidade que se apresenta. As dificuldades em se trabalhar com situações novas usando velhas teorias promovem concepções diferentes de um problema e suas possíveis soluções.

Diretamente relacionado a isso, nos primeiros anos da década de 1990, ao se questionar como a arquivologia estava se comportando frente às novas

realidades que se apresentavam, Luciana Duranti anuncia a necessidade de um reexame para a área, afirmando que

a questão passa a ser se ele deve ser feito dentro do antigo esquema explicativo ou dentro de um esquema novo. Certamente, algumas observações feitas a partir da nova realidade colocaram em crise alguns dos pressupostos básicos concernentes aos arquivos e arquivistas. Entretanto, rejeitar todos esses pressupostos nos levaria ao vazio. (...) o conhecimento tradicional pode ser transformado pela interação com as novas observações, e suas aparentes contradições podem ser reconciliadas (DURANTI 1994, p. 50).

Desde então, a procura de respostas para as perguntas originadas no campo dos arquivos agita sobremaneira a sua comunidade científica. Nunca tantas reflexões foram elaboradas no âmbito teórico como agora, tampouco divulgadas, discutidas e postas à prova. Assim, pode-se dizer que na arquivologia ainda vive-se o contemporâneo como um tempo sujeito às mudanças sociais e tecnológicas que fazem a área questionar seu estatuto científico.

Tais questionamentos são fundamentais para a reflexão e desenvolvimento da área, porém, o mais importante e que não pode ficar à margem destes enunciados é como seus princípios, teorias e funções estão inseridos nesta discussão, como estão sendo pensados, re-

descobertos, revisitados, ampliados, adaptados ou até mesmo negados. Afinal, muitos dos movimentos que emergem atualmente no interior da arquivologia militam para que os fundamentos da área se desloquem do que consideram como abordagens tradicionais e custodiais – focadas nos documentos considerados históricos e em suporte físico, fundamentalmente produzidos no âmbito governamental e cujo papel dos arquivistas se restringe a tratar destes documentos somente quando da chegada ao arquivo –, para perspectivas que se autodenominam pós-modernas e pós-custodiais – ênfase na informação e no processo de produção documental: o arquivista atuando antes de o documento chegar ao arquivo, macroavaliação, documento de arquivo imaterializado, dentre outras perspectivas. Vale ressaltar que não estamos considerando a permanência de dois paradigmas que se excluem, mas sim demonstrando, ainda que de forma breve, a existência e disputa de diferentes abordagens no interior do campo científico da arquivologia, muitas vezes banalizadas na oposição custodial x pós-moderna¹.

¹ Ainda que existam outras abordagens, tais como a da arquivística integrada e arquivologia pós-custodial, por exemplo, neste trabalho vamos

Nesta perspectiva, esse artigo pretende analisar alguns elementos por nós considerados tributários de cientificidade à arquivologia encontrados no pensamento do arquivista britânico Hilary Jenkinson (1882-1961) e do arquivista canadense Terry Cook (1947-2014). É importante ressaltar que não temos por objetivo fazer uma revisão bibliográfica, tampouco biográfica destes pensadores, mas sim analisar como certos fundamentos da arquivologia apresentados por estes autores dão significados teóricos à área em questão, além de refletir sobre como Cook reexamina alguns destes elementos apresentados por Jenkinson.

A escolha em centralizar nossa discussão em ambos os autores justifica-se por entendermos que as contribuições do arquivista britânico inauguraram novos saberes para a arquivologia, ao passo que Terry Cook, pensador e grande defensor de uma pós-modernidade para o campo dos arquivos, é um dos principais críticos das ideias de Jenkinson, considerando-as positivistas e de cunho custodial.

analisar a arquivologia pós-moderna justamente por Terry Cook ser importante teórico de tal pensamento.

2 ARQUIVOLOGIA CLÁSSICA E O PENSAMENTO DE HILARY JENKINSON

Ao definirmos a arquivologia Clássica, consideramos os esforços de sua comunidade em consolidá-la como área de saber em cujos pressupostos estavam baseados principalmente nos princípios da proveniência e da ordem original, bem como na ideia de organicidade. As técnicas utilizadas no *Fazer* passam a ser consideradas em perspectiva de conhecimento científico.

Em termos teóricos, trata-se do período da centralização dos arquivos, principalmente a partir dos arquivos franceses no Arquivo Nacional, da sua apresentação para os cidadãos como consequência da Revolução Francesa, bem como a ideia de arquivo como instituição e serviço, da publicação do Manual dos Holandeses (1898), da elaboração e disseminação de princípios, da publicação de manuais como os de Hilary Jenkinson (1922), Eugenio Casanova (1928) e Adolf Brenneke (1953), e do estabelecimento das primeiras escolas de formação de viés técnico, dentre outras questões. Era fundamental, naquele momento, refletir sobre as diferenças entre o trabalho realizado em arquivos e bibliotecas, além de considerar o documento

de arquivo em seu conjunto orgânico, seu valor probatório² e garantia de direitos, além de potencial fonte para pesquisa histórica, como o objeto a partir do qual se pensavam, de maneira preliminar, os princípios da disciplina e algumas de suas funções, tendo por objetivo organizar, preservar e disponibilizar documentos.

Já numa perspectiva temporal, podemos relacioná-la de fins do século XVIII até meados do século XX. Importante ressaltar que essa classificação não pretende ser determinante de uma concepção linear da trajetória da arquivologia, mas sim uma opção metodológica e didática para abordar, a partir de contextos e fenômenos específicos, a constituição e desenvolvimento de uma área com vistas a compreender algumas diferenças que se estabeleceram em relação a seu estatuto científico, o que neste artigo será demonstrado a partir de reflexões oriundas do pensamento de Terry Cook e Hilary Jenkinson.

² Quando relacionada a documento de arquivo, a expressão “valor de prova” deve ser entendida como a evidência de uma transação, de uma atividade, o cumprimento de deveres. “Qualidade pela qual os documentos de arquivo permitem conhecer a origem, a estrutura, a competência e/ou funcionamento da instituição que os produziu” (BELLOTTO; CAMARGO, 1996, p. 78).

Originalmente intitulado *A Manual of Archive Administration Including the Problems of War Archives and Archive Making*, porém mais conhecido como Manual de Administração de Arquivo, foi uma obra individual escrita pelo britânico Hilary Jenkinson a partir de suas experiências profissionais junto ao *Public Record Office* e seus conhecimentos sobre diplomática, paleografia e tratamento com documentos medievais. Concebida na Inglaterra no ano de 1922 e revista em 1937, essa publicação está inserida em um contexto reflexo da Revolução Industrial e imediatamente posterior ao final da Primeira Guerra Mundial, fatos que modificaram consideravelmente as estruturas econômicas e sociais na Europa deste período.

No prefácio de seu manual (1922, p. xi), Jenkinson justifica que a intenção original da obra é falar sobre o tratamento de arquivos de guerra, mas como não há publicação em língua inglesa sobre organização e tratamento de arquivos, decidiu por não reduzir a obra apenas ao objetivo inicial. Afirma que o conhecido Manual dos Holandeses (1898) – traduzido para língua inglesa somente em 1940 – discorre mais sobre questões de arranjo e descrição e que vai sugerir novos pontos de vista ao campo dos arqui-

vos, sendo o principal a ideia de custódia contínua. Atribui ainda a essa ideia de preservação na custódia oficial como sua principal contribuição para o que chama de ciência dos arquivos.

Durante a introdução (1922, p. 2), Jenkinson aponta a história, tal como disciplina concebida até então, como uma ciência bastante dependente dos arquivos. Assim, parte para definir o que compreende como arquivos, sendo que a primeira dificuldade esbarra na questão da utilização de dois termos diferentes; records e archives. Refere-se a ambos como sinônimos e justifica como sendo mais apropriado o uso de archives por ser o comumente usado por outras línguas. Isto posto, passa a considerar arquivo como os documentos que formaram parte de uma transação oficial e foram preservados para referência oficial, servindo de prova/evidência da transação. Argumenta que os arquivos não são elaborados para interesse ou para a informação da posteridade, pois a qualidade essencial do documento de arquivo é sua produção visando o caráter probatório de uma ação, diferente da atribuição de sentido dada ao documento pelo historiador. Além de considerar como documento de arquivo somente os que estão em papel, ao refletir sobre suas qua-

lidades essenciais, apresenta quatro características que lhe são inerentes: imparcialidade, autenticidade, naturalidade e interdependência.

A imparcialidade está relacionada à razão de criação do documento e sua capacidade em refletir de maneira fiel as atividades de produção, ao passo que a autenticidade condiciona-se aos procedimentos de custódia contínua para garantia do valor de prova de tal atividade de produção. A naturalidade também está atrelada à criação do documento, porém na perspectiva de resultado natural da atividade, e por fim a interdependência, relacionada à participação e ao papel do documento no conjunto de documentos de arquivos.

Outra abordagem deste autor britânico, bastante criticada principalmente por arquivistas contemporâneos, é quanto às responsabilidades do arquivista. Para ele há duas, as primárias e as secundárias, sendo que em primeiro lugar está a de tomar todas as precauções possíveis para a manutenção e custódia dos seus arquivos, exercendo o papel de exímio guardião da custódia contínua, elemento ao qual atribui a salvaguarda das qualidades essenciais. Em segundo lugar, é fornecer o melhor de sua capacidade para as necessidades dos historia-

dores e outros pesquisadores. Ressalta ainda que estas posições (primária e secundária) não podem ser invertidas e que cabe ao arquivista a conservação física e mental dos documentos que estão nos arquivos, independente do seu conteúdo.

Além de discutir deveres e responsabilidades para os arquivistas em seu manual, Jenkinson também estabeleceu diferenças entre o que define como a verdade arquivística e a verdade histórica, considerando esta como a verdade representada pelo conteúdo do documento. Já por verdade arquivística entendia como aquela relacionada ao contexto de criação do documento, ou seja, aquela que permite a permanência da imparcialidade e da autenticidade. Para nós, essa diferenciação proposta por Jenkinson é significativa para considerarmos o estabelecimento de uma ciência para o campo dos arquivos, mesmo que o próprio autor não tenha enxergado desta maneira e afirmado como sua principal contribuição a ideia de custódia contínua.

A obra de Jenkinson abordou ainda problemáticas concernentes ao aumento da produção de documentos pós-fim da Primeira Guerra Mundial, sendo que por isso seria necessário passar a avaliá-los. Nesse sentido, acreditava que os arquivos “do passado” não

deveriam ser destruídos e que os arquivos “do futuro” deveriam ser avaliados pela própria administração, devendo ser encaminhado para custódia dos arquivos somente o que fosse importante de preservar para o futuro.

Esse discurso sobre a avaliação proposto por Jenkinson é bastante delicado. Ao pensarmos que os arquivos também têm como função manter a memória e servir de testemunho, além de permitir ao cidadão o exercício da cidadania tendo acesso às informações registradas resultantes das atividades jurídico-administrativas governamentais, deixar um documento ser avaliado por quem o produz pode favorecer a manutenção apenas do que o discurso dominante quer contar e da forma como quer contar. Por isso, ainda que compreendamos a ideia da avaliação de Jenkinson, pela necessidade em assegurar tanto a imparcialidade como o valor de prova do documento, talvez essa seja uma questão em sua obra a ser relativizada, ainda que analisada a partir de seu contexto de produção.

Ao afirmar que a avaliação deveria ficar a cargo do produtor do documento e que a natureza da custódia é fundamental para manter a autenticidade e assim o caráter probatório dos documentos de arquivo, o pensamento de

Jenkinson tem sido definido atualmente como custodial. O canadense Terry Cook, considerado um dos principais teóricos contemporâneos e adepto da abordagem arquivística funcional pós-moderna, é um grande crítico das ideias de Jenkinson e do que considera como arquivística tradicional, ou seja, aquela que define os documentos de arquivo como

acumulações naturais, orgânicas, inocentes, transparentes, que o arquivista preserva de modo imparcial, neutro e objetivo. Essa é a teoria arquivística clássica. No mundo anglófono, ela é representada por Sir Hilary Jenkinson e seus muitos discípulos. Essas afirmativas fundamentais da ciência arquivística tradicional, com suas dicotomias resultantes, são falsas. Na verdade, da maneira como foram articuladas, nunca foram completamente verdadeiras – mesmo no caso dos arquivos públicos – dentro do contexto de seu próprio tempo, e agora, no final do século XX, são extremamente enganosas (COOK, 1998, p. 132).

Jenkinson escreveu seu manual quase um quarto de século após a publicação do Manual dos Holandeses, já se referindo à arquivologia como uma ciência, a *archive science*, e inserindo outros elementos na discussão do *Fazer* e do *Saber* no campo dos arquivos. Imprimiu na área a ideia do valor de prova do documento de arquivo, da imparcialidade em sua criação e a ideia da custódia oficial e contínua para garantir autenticidade

de ao documento de arquivo. Definiu sua concepção de fundo como *archive group* e considerava tanto essa questão da custódia como a do arranjo como teorias da arquivologia. Segundo Ridener (2009, p. 41), embora o manual de Jenkinson tenha muitas orientações práticas, sua maior parte é dedicada às razões morais e teóricas para manter arquivos, podendo ser considerado, de fato, pioneiro ao separar explicitamente a teoria da prática e fazer recomendações relativas a uma abordagem teórica para arquivos.

As questões postas pelo arquivista britânico suscitaram e continuam suscitando debates fervorosos no campo dos arquivos, tais como o papel de guardião de documentos pelo arquivista, a não interferência deste profissional no processo de avaliação documental com vistas a manter a imparcialidade e o valor de prova dos documentos, bem como sua definição de documento de arquivo enquanto subproduto natural de atividades administrativas. Todavia, não devemos desconsiderar sua importância na trajetória da arquivologia, pois além de tê-la afirmado como saber na Inglaterra da década de 1920, suas ideias permitiram de tal forma a ampliação dos debates teóricos na área que ainda hoje são objeto de análise, crítica e referência.

3 TERRY COOK E A PERSPECTIVA PÓS-MODERNA

Ao refletir sobre o papel da arquivologia no contemporâneo, que denomina como mundo pós-moderno, Cook (2001) coloca como obrigatório o reexame do Fazer e do Saber pelos membros de sua comunidade científica. Justifica essa necessidade por acreditar que uma mudança de paradigmas está em curso e que não haverá recuo no novo século. O discurso desse canadense acontece em plena virada do século XX para o XXI, onde as influências da tecnologia no campo dos arquivos já são evidentes em seu país.

Quando se refere ao novo século, o mundo pós-moderno, o autor está claramente inserindo seu discurso no campo epistemológico, afirmando que querendo ou não temos que aceitar estarmos vivendo no tempo da ciência pós-moderna e que essas ideias já estão imbuídas em muitas áreas do conhecimento, como a história, a antropologia, dentre outras. Baseia-se nas palavras de Terry Eastwood para afirmar que “é preciso entender o ambiente político, econômico, social e cultural de uma dada sociedade para compreender os seus arquivos”, acres-

centando que “as ideias realizadas a qualquer momento sobre os arquivos são certamente reflexo das correntes da história intelectual” (COOK, 2001, p. 6). Não desconsiderando as interferências do contexto no campo dos arquivos, mas seguindo a lógica de Cook, se a tendência intelectual dominante em nosso tempo é o pós-modernismo, necessariamente os arquivos serão assim afetados e por isso os arquivistas devem se preocupar em reformular a arquivologia para essa nova realidade.

Antes de mostrar suas ideias para a arquivologia frente ao novo mundo que se apresenta, Cook (2001) põe-se a explicar sua concepção de ciência pós-moderna. Para ele, os pós-modernos colocam suas reflexões em campos contrários dos modernos, criticando o que julgam ser defendido por estes principalmente no que está relacionado à noção de verdade universal, de conhecimento objetivo com base nos princípios do racionalismo científico e de elevação do método científico como validador do conhecimento produzido. Para o canadense, essas noções dos modernos devem ser dispensadas como quimeras (COOK, 2001). Avança em suas explicações de que o pós-moderno contesta a sabedoria convencional, tenta desnatura-

lizar o que a sociedade assume como natural, racional, e visando relacionar essa concepção ao campo dos arquivos, vale-se da abordagem de historiador de Jacques Le Goff para o qual “o documento não é matéria-prima objetiva, inocente, mas expressa o poder da sociedade do passado (ou da atual) sobre a memória e o futuro: documento é o que fica”. O que vale para cada documento vale também, coletivamente, para os arquivos (COOK, 1998, p. 140).

Em nossa concepção, Cook entende o pós-modernismo como um elemento natural do mundo contemporâneo em cujos preceitos a arquivologia deve estar inserida, pois caso contrário estará fora do que é aceito como vanguarda intelectual. Não temos dúvidas de que o mundo está constantemente em transformação, se reinventando, inovando, e que o contexto e as formas de produção documental, bem como os próprios documentos, fazem parte destas transformações. Entretanto, em um primeiro momento, o que parece ser uma apologia do canadense ao pós-modernismo nos instiga a pensar que há uma tendência pós-moderna e a arquivologia é obrigada a se inserir nisto.

É importante e fundamental para o avanço do pensamento científico que

teorias, conceitos e métodos, por exemplo, sejam revisitados, postos à prova, reformulados, modificados, reafirmados e adaptados. Porém, nesse sentido, algumas reflexões encontradas no pensamento de Cook exigem análises mais detidas. A noção de verdade universal, de uma ciência absoluta e racional, são consequências contextuais de importantes momentos históricos pelos quais as sociedades passaram e que lhes trouxeram inúmeros avanços. Assim como o mundo sofre transformações e é dinâmico, para utilizar elementos de caracterização do mundo contemporâneo utilizados por Cook, o pensamento científico também o é. O processo é ininterrupto e o que foi construído não pode ser dispensado como quimeras. Afinal, parte-se destas construções para pensar outras. A arquivologia não começa no mundo contemporâneo e nem é melhor neste mundo: ela está inserida no processo de desenvolvimento que passou e passa. Além disso, ao apropriar-se das palavras de Le Goff, Cook não contextualiza que a crítica do historiador foi construída para ser contra a concepção positivista do documento como fonte de verdade histórica.

Aqui é importante uma ressalva. Considerando as diferenças conceituais e teóricas entre as verdades histórica e

arquivística, faz-se necessário esclarecer que não estamos defendendo que essa verdade para os arquivos, a qual já apontamos inclusive como importante fundamentação teórica da arquivologia, deva se manter cristalizada na definição jenkinsoniana promulgada no início da década de 1920, pois, além de entendermos a construção do conhecimento científico como inserida na dinâmica social e que está em constante processo de mudanças, é certo que muitas das premissas elaboradas pelo arquivista britânico não se sustentam após o progresso da tecnologia documental³.

Nessa linha de pensamento, ao conferirmos valor à ideia de verdade arquivística como fundamento, valemos inicialmente das discussões elaboradas por Jenkinson de tal forma que chegamos a considerá-la muito mais contri-

³ Na trajetória da arquivologia, muitos fatores vão se delineando e demandando novas reflexões. Um deles é pertinente ao desenvolvimento tecnológico e seu reflexo nos suportes nos quais as informações estão sendo registradas e nas maneiras em que os documentos estão sendo elaborados, o que Favier define como tecnologia documental. Outro fator que transforma os dados da arquivística é, naturalmente, o progresso da tecnologia documental. Em um século, evoluiu-se da pena à esferográfica, do copista à máquina de escrever elétrica e daí às máquinas multicopiadoras, à fotocópia e à xerografia. O documento único, antes regra, tornou-se exceção (FAVIER, 1979, p. 6).

buinte para a área do que a ideia de custódia tal como o britânico havia proposto. Porém, remetendo-nos ao que esse britânico define como verdade arquivística – relacionada ao contexto de criação, ou seja, à permanência da imparcialidade e da autenticidade – para nós essa verdade não é absoluta tampouco absolutamente fiel ao que se propõe. Entretanto, à época de Jenkinson, a produção do conhecimento científico, bem como do arquivístico, estava possivelmente inserido em premissas positivistas e isso não invalida suas ideias. Localizar o discurso ao tempo em que foi elaborado é fundamental para compreendê-lo e contextualizá-lo.

Sob essa mesma ótica, o fato é que as ideias de Cook corroboram hoje para nossas argumentações que revisitam essa concepção jenkinsoniana de verdade. Em novembro de 1997, Terry Cook esteve no Brasil, mais especificamente na cidade de São Paulo, para um seminário internacional sobre arquivos pessoais que foi organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Decorrida sua fala na sessão sobre o *Fazer* do arquivista, Heloísa Bellotto (1998) posteriormente produz um artigo comentando as ideias de Cook. Problematizando a viabili-

dade de algumas propostas levantadas pelo canadense, discute e valoriza a seguinte questão:

Na perspectiva dos ditos “arquivos totais” canadenses, o autor mostra que novas perspectivas têm sido adotadas dentro dos arquivos públicos, traduzindo-se no fato de estarem os arquivistas atentando mais para a governança do que para o governo. Por governança se entende a trama, isto é, tudo o que possa comprovar a interação entre cidadão e Estado, o impacto do Estado na sociedade e as funções e atividades da sociedade em si mesma; por governo, compreendem-se as estruturas sustentadoras e a ação burocrática. A frase de Cook é significativa: “A tarefa arquivística é preservar a evidência documentada da governança da sociedade, não apenas da atividade governante dos governos” (BELLOTTO, 1998, p. 204).

Não inserindo a discussão no âmbito classificatório ciência moderna x pós-moderna, o fato é que essa visão alcançada por Cook é reveladora de um novo olhar sobre a verdade para a nossa área, e que está além da relação linear e horizontal entre produtor, documento e custódia para garantir a verdade arquivística como defendeu Jenkinson. Também está além de uma relativização ou subjetividade do que se espera alcançar pelo discurso da pós-modernidade, tampouco se trata de um confronto declarado contra os modernos. Os tempos hoje são outros e garantir essa governança da

sociedade é prenúncio de novas exigências impostas pela sociedade, como transparência governamental e construção de memória coletiva, por exemplo, além de ser tarefa possível em termos de fazer inclusive devido às inovações tecnológicas e ao progresso tecnológico documental.

Outra reflexão também é possível a partir dessa ideia de governança levantada por Cook. Entendemos que ela nos dá elementos para reafirmar a arquivologia como produtora de conhecimento científico a partir do momento em que percebemos, por meio desse discurso de Cook, o papel de produtor de saber que recai sob o arquivista. De modo a estabelecer de maneira fiável as representações desta governança, terá de valer-se cada vez mais de ferramentas teóricas e metodológicas que extrapolem a linearidade e a custódia contínua sugeridas para a verdade arquivística por Jenkinson. Agora, o arquivista e as formas que adotou para assegurar a verdade arquivística também participam do jogo do saber, pois

de uma perspectiva na qual a verdade estaria depositada no arquivo, esperando ser acessada ou “descoberta”, passa-se a afirmar que o arquivo constitui a verdade que guarda, assim como aquela que omite. Antes, mais importante do que o arquivo eram as fontes nele reunidas. Nos últimos anos, embo-

ra esta leitura não esteja excluída, o questionamento com relação à estrutura por meio da qual as fontes são acumuladas e disponibilizadas ganhou visibilidade – o arquivo deixa de ser meio para a consecução de um fim, ou seja, deixa de ser visto, apenas, como repositório de informações, para se tornar, também, objeto de pesquisa (HEYMANN, 2010, p. 114).

Isto posto, relacionado à prática profissional dos arquivistas, as mudanças de paradigmas apresentadas por Cook novamente são elaboradas em forma de crítica ao discurso de Jenkinson visto que, segundo o canadense, o profissional contemporâneo, pós-moderno, deve afastar-se da identificação de guardião passivo de uma herança herdada para celebrar o seu papel de agente ativo na construção da memória coletiva. Defende que a postura do arquivista não deve ser a de operar suas ferramentas teóricas e práticas apenas a partir do documento quando da chegada ao arquivo, e sim analisar o contexto por trás do texto, pois entende que as relações de poder moldam o patrimônio documental. A partir disso coloca no centro de suas críticas o documento de arquivo, atribuindo que não deve mais ser enxergado como algo estático e físico e sim como um conceito dinâmico e virtual, deixando de ser um produto passivo das atividades humanas ou administrativas para ser considerado

ativo próprio, agente na formação da memória humana e organizacional.

Cook (1998) ainda estabelece que nem o autor nem o contexto podem ser separados da análise documental, pois nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, tem um propósito definido. Nenhum texto é um inocente mero subproduto da ação, como alegou Jenkinson, mas sim um produto construído conscientemente, não existindo uma narrativa de uma série ou coleção de registros, mas muitas narrativas, muitas histórias, servindo aos propósitos de muitos para muitos públicos, ao longo do tempo e do espaço. Ao reiterar essa necessidade de mudança do documento de arquivo de produto passivo (subproduto) para agente ativo, Cook critica especificamente as qualidades essenciais definidas por Jenkinson para estes documentos, bem como a ideia do britânico sobre estes serem subprodutos das atividades.

Também aponta outros termos em que a mudança de paradigmas deve acontecer. Além do documento de arquivo e da prática profissional, refere-se ao contexto de produção documental, afirmando que na condição pós-moderna ele

deixa de ser estático em relações de hierarquia para assumir lugar dentro da perspectiva de que os processos de trabalho acontecem em rede e de maneiras horizontais, o que entedemos ser uma reivindicação antiga – e não necessariamente pós-moderna – por parte de alguns arquivistas, inclusive pelo arquivista australiano Peter Scott (1966) em seu sistema de séries.

Ao aprofundar suas análises quanto à necessidade de mudanças no pensamento arquivístico, para nosso alento, Cook não coloca como único fator determinante a condição social pós-moderna⁴, apontando transformações significativas no que tange à concepção dos arquivos como instituição. Afora isso, Cook (2001) faz outras sugestões de mudanças para a área e algumas bastante focadas em revisitar os referenciais teóricos e as funções da disciplina, que para ele devem fundamentalmente deslocar-se da análise de séries documentais

⁴ Há diferentes compreensões sobre a condição social pós-moderna, bem como de ciência pós-moderna, e não caberá a nós tratá-las neste texto. Contudo, devemos esclarecer que nossa crítica ao discurso pós-moderno de Cook se estabelece frente a sua retórica reducionista que polariza a arquivologia entre as velhas teorias e aquelas que devem ser criadas – as novas teorias –, por estarmos vivendo um novo mundo.

para as funções e os contextos em que essas séries são produzidas, saindo do produto gravado para o processo de criação de documentos. Exemplo é sua proposta para a avaliação, claramente crítica às ideias de Schellenberg e para a qual atribui o nome de macroavaliação, o que define como atividade “(...) funcional-estrutural (...), enfatiza o valor arquivístico da posição, local ou funcionalidade da criação de documentos, em lugar do valor dos documentos por eles mesmos” (COOK, 1998, p. 136).

Em nossa concepção, muitas das propostas apresentadas pelo arquivista canadense são de grande pertinência e significativas para os desafios vivenciados pela área. Todavia, julgamos não serem as polarizações custodial x pós-moderna que trarão respostas aos percalços vivenciados pela arquivologia na contemporaneidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas de que este período que denominamos de arquivologia clássica foi bastante significativo para o desenvolvimento da área. As ações de centralização e acesso aos arquivos, iniciadas pela Revolução Francesa, até a disseminação dos princípios da proveniência e da ordem original por meio do

Manual dos Holandeses abriram caminhos para que procedimentos anteriores realizados no *Fazer* dos arquivos fossem questionados, como por exemplo a classificação por assunto. Os clássicos inauguram uma nova ordem ao documento, da primazia do contexto frente ao conteúdo e a equivalência entre fatos e atividades, estabelecendo aí a essência do documento de arquivo, isto é, seu valor probatório. Todavia, não podemos desconsiderar que esses arquivistas estabeleceram suas análises a partir do que consideravam como arquivo, ou seja, arquivo histórico, formado por fundos fechados nos quais a custódia era procedimento obrigatório para manutenção da autenticidade dos documentos de arquivo.

Os princípios, conceitos e teorias da área foram sendo construídos pela experiência profissional destes arquivistas com documentos públicos e que tinham por objetivo organizá-los e disponibilizá-los para a investigação histórica, tanto que, ainda hoje, utilizamos termos e conceitos preconizados neste período, como descrição, arranjo e inventário, quando nos referirmos aos documentos históricos, atualmente definidos pela comunidade da área como permanentes. Além disso, os manuais considerados

clássicos e tradicionais, muitas vezes revisitados e outras, negados, são de suma importância para pensarmos como teorias e práticas se consolidaram e como servem e serviram de referência para outros manuais e para avanço da área. Ao considerarmos as diferentes abordagens sistematizadas por meio destes manuais, podemos percebê-las como específicas às contingências jurídicas, administrativas e históricas de cada país ou região e que influenciam diretamente nas demandas práticas de organização e disponibilização dos documentos de arquivo. Para Cook (1998, p. 133) “todos esses pioneiros da arquivística refletiram em seus trabalhos as correntes intelectuais do século XIX e do início do século XX”.

Hilary Jenkinson pode ser considerado um dos expoentes da arquivologia clássica, principalmente por consolidar, por meio de seu manual, o *Fazer* e o *Saber* dos arquivos sob o pilar do conhecimento científico. Essa construção se deu pela disseminação de ideias advindas de suas próprias experiências, ideias essas que foram e são, sistematicamente, revisitadas pela área.

Mais de setenta anos após a publicação do manual de Jenkinson, Terry Cook rediscute, como vimos, muitas

ideias do autor britânico claramente com objetivo de desconstruí-las a partir de uma perspectiva que denomina como pós-moderna. A proposta elaborada pelo canadense é exemplo, junto com inúmeras outras, de novas abordagens que se apresentam para o campo dos arquivos no presente.

Isto posto, as análises e reflexões a partir do pensamento destes autores

nos apresenta mais questionamentos do que efetivamente respostas, sendo possível percebermos que ambos contribuem para o desenvolvimento da arquivologia, ainda que em tempos e contextos diferentes.

THE CLASSIC AND THE POS-MODERN: SOME REFLECTIONS ABOUT THE ARCHIVAL SCIENCE BASED ON THOUGHTS OF HILARY JENKINSON AND TERRY COOK

ABSTRACT

Searching to answer contemporary problems that have resulted from new ways of production and the use of files, the Archival Science re-examines the theoretical fundamentals and practices of the study field. With that scenario, the ideas of classic authors are constantly revisited and many times considered old fashioned and custodial by one side and, by the other, pioneer and avant-garde. Following that perspective, this document aims to reflect about the elements that we believe provide scientificism to the Archival field found in the thoughts of the British Hilary Jenkinson and the Canadian Terry Cook, and also to analyse how the approaches of Jenkinson are appropriated by Cook.

Keywords: Custodial Archival Science. Postmodern Archival Science. Hilary Jenkinson. Terry Cook.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1960.

BELLOTTO, H. L. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Revista Estudos Históricos**, São Paulo, v. 11, n. 21, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2063>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

BELLOTTO, H. L.; CAMARGO, A. M. de A. **Dicionário de terminologia arquivística**. 1. ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, 1996. 142 p.

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. n. 1, p. 3-24, 2001. Disponível em: <<http://www.polonistyka.uj.edu.pl/documents/41623/111f093d-a2af-4fc6-8f9a-e193d85712a5/>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. Archives in the post-custodial world: interaction of archival theory and practices since the publication of the Dutch Manual in 1898. In: Proceedings of the 13th International Congress on Archives, 1996. Beijing, **Proceedings ... Munich**: K.G. Saur, 1997a. 381 p.

_____. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>. Acesso em: 19 set. 2012.

_____. The concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. **Archivaria**, Montreal, n. 35, p. 24-35, Spring 1993. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/issue/view/394>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

_____. The Impact of David Bearman on modern archival thinking: an essay of personal reflection and critique. **Archives and Museum Informatics**, v. 11, p. 15-37, 1997b.

_____. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future

paradigm shift. **Archivaria**, Montreal, n. 43, p. 17-63, Spring 1997c. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12175/13184>>. Acesso em: 19 set. 2012.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

FAVIER, J. Arquivos, memória da humanidade. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 5-7, abr. 1979. Disponível em: <<http://www.aab.org.br/digitalizacao/revistas/V7N11979.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

GARON, L. L'Association des Archivistes du Québec: du congrès de 1988 à 2006. **Archives**, v. 39, n. 1, p. 3-42, 2007-2008.

HEYMANN, L. Q. Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais. In: Seminário de Estudos da Informação, 1. ed., 2010, Niterói. **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói, EdUFF, 2010.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making**. Londres: Oxford, 1922.

RIDENER, J. **From polders to postmodernism: a concise history of archival theory**. Duluth: Litwin Books, 2009.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São

Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

SCOTT, Peter J., The Record Group Concept: A Case for Abandonment. In: **American Archivist** 29 (1966), p. 493–504

TOGNOLI, N. B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2010.

Trabalho recebido em: 31 mar. 2014

Trabalho aceito em: 13 fev. 2015
